



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Requerimento nº , de 2013

(Dep. Afonso Florence)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a Cruz Vermelha Brasileira.

Senhor Presidente,

Nos termos dos art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a realização de audiência pública para analisar e discutir questões relacionadas às atividades desenvolvidas e sobre as condições de financiamento da Cruz Vermelha Brasileira.

Recomendo que sejam convidados: a senhora Rosely Pimentel Sampaio, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, um representante da Cruz Vermelha Internacional, um Representante do Ministério da Fazenda, um Representante do Itamaraty, um representante da Caixa Econômica Federal; um representante do Ministério Público Federal.

JUSTIFICATIVA

A Cruz Vermelha Brasileira é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica. O Decreto nº 4.948/2004, considera a Cruz Vermelha Brasileira (constituída para os fins previstos nas Convenções de Genebra, das quais o Brasil é signatário), como uma sociedade (i) de socorro voluntário, auxiliar dos poderes públicos e, em particular, dos serviços militares de saúde, e (ii) de utilidade internacional.

Atualmente, a Lei nº 6.905/1981, determina que a Caixa Econômica Federal realize, a cada ano, um concurso de Loteria Esportiva Federal e destine a renda líquida para a Cruz Vermelha Brasileira. A renda líquida é resultante da arrecadação, deduzidas as parcelas destinadas à Caixa Econômica, ao pagamento de prêmios e ao imposto de renda.

Está em tramitação na Câmara dos Deputados o PL nº 2.978/2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella. A Proposição determina que a Caixa Econômica Federal destinará mensalmente à Cruz Vermelha Brasileira 0,15% da arrecadação total dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios.

Nestes termos, considerando a relevância e a oportunidade, apresentamos este Requerimento de Audiência Pública.

Sala de Sessões, em de Outubro de 2013.

Afonso Florence
Deputado Federal (PT/BA)